

**DESLOCADOS DA SECA: O COTIDIANO DOS FLAGELADOS NA  
HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS E A MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS  
PARAGENS (1943-1959)**

Renata Felipe Monteiro  
Doutoranda em História Social/UFC  
Email: [renataclio@hotmail.com](mailto:renataclio@hotmail.com)

Em 23 de abril de 1953 o jornal Tribuna de Imprensa (RJ) relatava que “a menina Marinete, de dois anos de idade, morreu de fome na Hospedaria Getúlio Vargas”. Seus pais, Francisco e Francelina Vieira (vindos de Icó), tinham “esperança de partir para a Amazônia ou para o sul do país” na companhia dos 04 filhos, mas a fome que grassava na hospedaria ceifou a vida da filha mais nova. (Tribuna de Imprensa - RJ, 23 de abril de 1953). Quantas vidas, de crianças e/ou adultos, foram interrompidas nas dependências ou adjacências desse abrigo, ao longo de quase 30 anos de existência (1943-1972)? Na seca de 1958, por exemplo, “de 23.300 flagelados que se registraram na hospedaria entre janeiro e junho, 517 morreram” (ARAÚJO, 2000, p.85). Nossa proposta, no respectivo artigo, é compreender como essa população pobre migrante vivenciou e enfrentou diversos percalços – fome, superlotação, doenças e ausência de condições sanitárias – existentes na Hospedaria Getúlio Vargas<sup>1</sup>, entre os idos de 1943 e 1959, e para quais paragens migraram no intuito de obter melhorias de vida.

A construção da respectiva hospedaria teve início em 12 de outubro de 1942, prevendo abrigar 2000 pessoas e concentrar o serviço de hospedagem e encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia, já que, anteriormente à construção dessa hospedaria, havia dois prédios alugados para essas funções (A Noite - RJ, 6 de outubro de 1943). O início dessa obra deu-se no contexto de mobilização e estruturação direcionada aos sertanejos para a Amazônia – os “soldados da borracha”. Vale ressaltar que a migração para a região amazônica intensificou-se na década de 1940, tornando-se uma política de Estado. Diversos acordos entre Brasil e Estados Unidos foram assinados

---

<sup>1</sup> A Hospedaria Getúlio Vargas, atualmente uma Unidade de Abrigo de Idosos, funcionava na Avenida Olavo Bilac, 1280, bairro São Gerardo-Fortaleza/CE.

em março de 1942 para a exploração de matérias primas e muitos trabalhadores foram recrutados, sobretudo do Ceará, para a exploração da borracha nos seringais da Amazônia. Através do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA)<sup>2</sup>, em parceria com outras instituições, como, por exemplo, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)<sup>3</sup>, foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava assistência às famílias (pousos e hospedarias), seleção dos trabalhadores, alojamento em barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos, até a colocação nos seringais (SECRETO, 2007)<sup>4</sup>.

A inauguração da Hospedaria Getúlio Vargas efetuou-se somente em 15 de março de 1943, contando com a presença de diversas autoridades: o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, o Interventor do Ceará, Menezes Pimentel, o diretor do Departamento Nacional de Imigração (DNI), Henrique Dória Vasconcelos, dentre outros. De acordo com o Ministro do Trabalho, a respectiva hospedaria teria a “capacidade para manter, com relativo conforto, um total de 1.200 pessoas”, obedecendo a uma orientação eficiente que a caracterizava como um “modelo de organização”. Iria oferecer ainda, a cada família alojada, três refeições diárias enquanto aguardavam confiantes “o dia do embarque para o extremo norte” e redes para todas as pessoas “proporcionando, deste modo, condições decentes de vida aos trabalhadores” (O Povo - CE, 16 de março de 1943).

Ao analisarmos os jornais, os documentos oficiais e outras fontes, contudo, percebemos que entre sua inauguração (março de 1943) e outubro de 1972 (período que foi desativada e transformada em Unidade de Recuperação do Mendigo), as

---

<sup>2</sup> O SEMTA foi criado em 30 de novembro de 1942, sendo substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamentos de Trabalhadores (CAETA) em 14 de setembro de 1943.

<sup>3</sup> O SESP tinha o objetivo de organizar e superintender as hospedarias administradas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI). Dentre os diversos serviços, podemos citar: proceder exame médico de todos os trabalhadores e pessoas de suas famílias que desejassem ingressar nas hospedarias administradas pelo DNI e proceder exame médico dos trabalhadores alojados nas hospedarias para confecção das listas de embarque, deliberando sobre aqueles que estão ou não em condições de empreender viagem.

<sup>4</sup> Para entender melhor sobre a migração de trabalhadores nordestinos e, sobretudo, do Ceará para a Amazônia na década de 1940 ver: GOIS, Sarah Campelo Cruz. As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944). Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, Fortaleza, 2013; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999; MORALES, Lúcia Arrais. Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annalume; Fortaleza: Secult, 2002 e SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

expectativas em torno desse recinto de hospedagem modificaram-se, já que a partir da década de 1950, para além de distribuir passagens e servir de pouso provisório, a hospedaria tornou-se um centro de disputas e conflitos na cidade de Fortaleza (NEVES, 2002). E no intuito de tentar entender essas mudanças que ocorreram no projeto inicial desse recinto de hospedagem – de abrigar provisoriamente os sertanejos, fazendo-os migrarem rapidamente para outras paragens, tornando-se posteriormente um campo de conflitos e movimentos sociais –, nos reportamos aos conceitos de *projeto, campo de possibilidades e metamorfose* do antropólogo Gilberto Velho, analisados no livro *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (VELHO, 2003).

Durante a década de 1940, o projeto de ter-se uma hospedaria “modelo” e organizada – mesmo com todo o suporte governamental (SEMATA, DNI e SESP) - começou a se desvanecer. Alguns jornais denunciavam os problemas existentes nas dependências da hospedaria.

Surge, de vez em quando, em um dos pousos do SEMATA ou em uma das hospedarias do DNI um problema que exige esforços especiais. Foi o caso, por exemplo, do surto de conjuntivite catarral verificado na “Hospedaria Getúlio Vargas” do DNI nesta capital. Durante o primeiro semestre deste ano registraram-se nessa hospedaria do Alagadiço nada menos de 2.011 casos de conjuntivite catarral, sendo a maior parte desses casos concentrada em um só mês. O elevado número de pessoas abrigadas na hospedaria e a ignorância da maior parte quanto a preceitos de higiene agravavam o problema. (A Noite-RJ, 29 de agosto de 1943)

A ausência de mínimas condições sanitárias nas dependências da hospedaria era responsável pela proliferação de diversas doenças, que atingiam, sobretudo, as crianças. O médico João Alberto Gurgel relata que durante a seca de 1958 a hospedaria não tinha “condições de abrigar o pessoal” (entre 12 e 14 mil pessoas), pois não havia água potável suficiente para todos, sendo necessário o abastecimento de carros-pipas levados pelo Corpo de Bombeiros. Além disso, não havia sanitários para a população migrante alojada naquele recinto. “Era um verdadeiro inferno para se entrar na hospedaria, com a quantidade de moscas que havia lá” (Entrevista João Alberto Gurgel, CPDOC, 1981). O jornal *O Semanário* de 29 de maio de 1958 endossa essa informação, ao denunciar que na hospedaria existiam 8.000 mil retirantes, “todos passando fome, rotos e devorados por nuvens de moscas” (*O Semanário-RJ*, de 29 de maio a 5 de junho de 1958). Aparentemente a grande quantidade de moscas seria consequência da falta de higiene

dos sertanejos, que, além de defecarem nas dependências e adjacências da hospedaria, “não desarmavam as redes dos filhos menores, todos com diarreia” (Entrevista João Alberto Gurgel, CPDOC, 1981). Além disso, o médico Gurgel informa que durante os primeiros meses de 1958 houve uma proliferação de tifo, matando entre seis e sete pessoas por dia.

Outro grave problema existente na hospedaria era a fome. Os jornais do Ceará anunciavam que morriam diariamente um ou duas crianças, devido à escassez de alimentos nesse recinto de hospedagem (tal como a menina Marinete, de Icó). Na seca de 1951 – que se prolongou até 1953 – os sertanejos que estavam abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, alguns há meses, diante da precariedade do alojamento, da falta de comida, trabalho e passagens para outros lugares, organizaram “passeatas da fome”. A primeira passeata foi organizada em 30 de agosto de 1951, após o diretor da hospedaria, Otevino Alves, informar aos retirantes que o embarque para a Amazônia estava cancelado. As palavras do diretor, transcritas pela imprensa, evidenciam uma tentativa de justificar a revolta dos sertanejos, que impulsionados pela fome, pressionavam o governo para que houvesse melhorias no recinto de acolhimento. Era o poder da negociação.

Ora, já não havia gêneros na Hospedaria para continuar alimentando os retirantes e o último almoço que lhes fora servido consistira apenas numa escassa ração de feijão. O recurso era ir mesmo a Palácio. Não pude impedir aquela marcha dos famintos. (O Povo-CE, 31 de agosto de 1951).

Uma segunda passeata foi organizada em 07 de setembro, contando com a participação de mais de mil sertanejos alojados na hospedaria, que exibindo faixas percorreram várias ruas da cidade de Fortaleza até o Palácio do Governo, “numa verdadeira demonstração de miséria e de depauperamento físico” (sic) (O Povo-CE, 08 de setembro de 1951). A realização dessa nova passeata causou revolta entre as autoridades governamentais do Ceará, que exigiram ações imediatas contra essas “marchas dos famintos”. O governador do Ceará, Raul Barbosa, procurou o Ministro do Trabalho informando que “os retirantes que se encontram na Hospedaria Getúlio Vargas tentaram fazer dia 7 de setembro uma ‘parada da fome’ antes do desfile militar”. O governador afirmava que o movimento foi organizado por comunistas infiltrados entre os flagelados, contando ainda com a inércia proposital do diretor da hospedaria, Otevino Alves. A solução encontrada para resolver esse problema foi substituir o diretor por

alguém indicado pelo comando militar. (Fundo Getúlio Vargas/CPDOC – GVc 1951). Havia, contudo, indícios que justificassem esse amedrontamento de infiltração comunista entre os migrantes?

Em dezembro de 1953 o jornal O Democrata noticiava a realização de uma “Conferência para debater os problemas da Seca e das massas flageladas”, organizada pelos comunistas e que contou com a presença de um delegado representando os sertanejos albergados na Hospedaria Getúlio Vargas, Manuel Higino, que “emocionou profundamente à assistência (...) quando este contou a situação de abandono e miséria em que se encontravam os seus companheiros expostos ao relento, passando fome e sede (...)” (O Democrata-CE, 22 de dezembro de 1953). Percebemos, assim, que naquele recinto de hospedagem a população pobre resistia às imposições estabelecidas pelas autoridades governamentais, aliando-se a grupos – combatidos por vários segmentos da sociedade brasileira, como, por exemplo, a Igreja Católica – que tivessem como propósito auxiliá-los na luta pela sobrevivência e melhoria de vida.

A organização das “paradas da fome”, contudo, causou temor nas autoridades governamentais, proporcionando negociações e ganhos para os migrantes. O presidente Getúlio Vargas, em mensagem enviada por telegrama ao governador interino Stênio Gomes, concedeu “491 passagens Manaus, 229 Belém, 38 Rio e onze São Luiz, esclarecendo à remeteu Hospedaria com mil cruzeiros suprimento tendo solicitado Ministro do Trabalho mais trezentos mil cruzeiros mesmo fim”. O presidente recomendou ainda a liberação de recursos para custear obras de emergências, assim como a compra de víveres para a “Hospedaria assim como passagens para que os que desejarem sair outros Estados”. Autorizou-se, finalmente, o início imediato da estrada Canindé e a construção de três açudes com o propósito de absorver os flagelados. (O Povo-CE, 12 de setembro de 1951).

Os recursos financeiros para a compra de alimentos, assim como para a compra das passagens, porém, não foram liberados imediatamente. Em outubro de 1951 encontravam-se na hospedaria (dentro e nas adjacências) aproximadamente 1.600 pessoas a espera de embarque para a região amazônica ou para outras regiões do país. A alimentação era basicamente “feijão água no sal”. Às crianças era destinada “uma

magra sopa de cenouras, pela manhã e a tarde”. A burocracia era apontada como a grande culpada pela fome e miséria dos retirantes (O Povo-CE, 13 de outubro de 1951).

O cotidiano desses sertanejos na Hospedaria Getúlio Vargas, além de ter sido marcado pela fome, era permeado por inúmeros outros percalços. Um dos grandes problemas era a superlotação. Mas quantos sertanejos foram registrados na hospedaria durante os períodos de estiagem, quantos migraram e quantos retornaram para as regiões do interior? As fontes nos dão uma pequena estimativa, que não elucidam completamente as respectivas questões, já que muitas pessoas não eram registradas no recinto de hospedagem e abrigavam-se nas adjacências desse local (em cajueiros defronte à hospedaria). Muitos retirantes barrados na “Getúlio Vargas, arrancharam-se debaixo dos cajueiros existentes nas proximidades e ali muitas delas estão há mais de um mês, esperando, esperando...”. O sr. Manoel Nogueira da Silva, juntamente com toda a família (22 pessoas, sendo 6 crianças), partiram de Pedra Branca em direção à Fortaleza e aguardavam “debaixo de um cajueiro há mais de um mês” vagas na hospedaria para que pudessem migrar para a Amazônia (O Povo-CE, 13 de outubro de 1951).

Percebe-se que, a partir da década de 1950, a Hospedaria Getúlio Vargas tornou-se um referencial para essa população pobre migrante, que se deslocava de vários lugares do Ceará e de outras regiões do Nordeste em direção à capital cearense. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais na hospedaria, em 1967, das 36.622 pessoas registradas entre 1956 e 1961, 74,6% desse total (28.801) vinha do interior do Ceará, 20,3% (7.821) eram de Fortaleza e 4,8% (1.849) vinham de outros Estados (CEARÁ, 1967). Era o caso, por exemplo, do senhor Gabriel Gomes de Lima e de sua esposa dona Satina, que juntamente com os seis filhos, saíram da localidade de Pedro Velho (RN) em direção à hospedaria Getúlio Vargas, com o objetivo de conseguirem migrar para o Pará. Mas ao chegarem à Fortaleza em março de 1953 não conseguiram vaga no recinto de hospedagem, ficando abrigados embaixo de cajueiros que ficavam defrontes à hospedaria. Diante das dificuldades, o filho mais velho, Demétrio, “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família”.

Durante o período que permaneceu abrigado – aproximadamente um mês – nos cajueiros (adjacência da hospedaria), o senhor Gabriel e sua família vivenciaram

grandes dificuldades, tais como falta de alimentos e remédios. O senhor José Ramos – um dos filhos de Gabriel Gomes – lembra que, além das dificuldades encontradas na hospedaria Getúlio Vargas, houve outro momento de temor, a viagem para a região amazônica no navio Poconé : “Passamos pela Ilha das Pororocas. Foi que deu a maior zebra. É quando tem o encontro do Rio Negro com as águas do mar. Foi lá que eu me lembro que a água batia muito no navio”(COUTINHO, 2015, p.109).

Essa superlotação, atrelado à fome, à ausência de passagens para outras paragens, às doenças, a problemas estruturais na hospedaria, impulsionavam e justificavam as ações dos sertanejos ao se revoltarem contra a administração, mendigarem pelas ruas de Fortaleza e/ou realizarem saques no comércio local. No início de maio de 1958, inúmeros sertanejos revoltados expulsaram o diretor da hospedaria Waldemar Nepomuceno, promovendo um “quebra-quebra” – quebraram vidraças de janelas, a cozinha e o refeitório. Alegavam que o mesmo os tratava de maneira brutal, negando-lhes abrigo e alimentos. De acordo com a imprensa, o respectivo diretor desobedeceu inclusive às determinações do governador Paulo Sarasate, que havia sugerido ao diretor que fossem alistados mais algumas pessoas, das muitas que se encontravam desabrigadas.

O jornal Tribuna do Ceará noticiava que “levas de flagelados” invadiam mercados e saqueavam as feiras livres de Fortaleza “em virtude da carência de recursos na Hospedaria Getúlio Vargas”. Um dos grupos de sertanejos invadiu uma padaria, localizada no centro de Fortaleza, obrigando o proprietário a distribuir-lhes pão. Além disso, houve a tentativa de saque ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)<sup>5</sup>, que não se concretizou devido à intervenção policial, que, além de impedir o saque, os conduziu de volta à hospedaria (Tribuna do Ceará-CE, 22 de abril de 1958). Porque não houve o encaminhamento desses sertanejos para a delegacia, para serem presos e autuados como criminosos, já que eles saquearam mercados, feiras e comércios

---

<sup>5</sup> O SAPS foi criado em 1940, atrelado ao Ministério do Trabalho, com o propósito de melhorar a alimentação do trabalhador brasileiro. Nos períodos de grandes secas atuava distribuindo alimentos aos flagelados, juntamente com outras instituições, como a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP), criada em 1951, que regulamenta o preço dos alimentos; o Fundo Internacional da Saúde Infantil (FISI), responsável pela distribuição de leite em pó às crianças nordestinas; a Legião Brasileira de Assistência, fundada em 1942, para assistir as famílias dos “soldados da borracha”; e a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), criada em 1951, responsável pela distribuição de alimentos nos períodos de secas.

locais? E. Thompson (1998) nos esclarece – ao analisar os motins da fome na Inglaterra do século XVIII – que homens e mulheres, sobretudo nos períodos de penúria extrema, legitimavam suas ações em “costumes tradicionais”, pautados na afirmativa de que os governantes deveriam socorrê-los quando houvesse uma calamidade climática. Caso não houvesse o cumprimento desse acordo, poderiam partir para a ação direta sem haver sanções.

Quais providências poderiam ser adotadas para conter todos esses problemas enfrentados cotidianamente pelos sertanejos? Uma alternativa seria empregá-los em obras governamentais: açudes, estradas, construção de muros e tanques, dentre outras atividades. O jornal O Povo, em dezembro de 1954, noticiava que “flagelados foram arregimentados” na hospedaria por proprietários de alguns terrenos do bairro Coqueirinho, para auxiliar as forças policiais na expulsão de diversas famílias de terrenos particulares ocupados (O Povo-CE, 07 de dezembro de 1954). Havia ainda a possibilidade de mandá-los para outras paragens. A maioria solicitava passagem para a região Norte, mas muitos outros migraram para a região Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro –, para a região Sul – Paraná –, e para o Centro-Oeste – para ser trabalhador em Goiás e nas obras de construção de Brasília, iniciadas em 1958 –, seja com passagens subsidiadas ou não pelo Governo. Em 1958, contudo, a “Hospedaria Tapanã já está super lotada ‘com mais de quatro mil nordestinos’. Na Amazônia, as condições de vida e de trabalho podiam ser até piores do que aquelas deixadas para trás” (NEVES, 2000, p.217).

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), em fins de 1958, juntamente com o Ministério da Viação e Obras Públicas, Aeronáutica, Exército e Marinha, organizaram uma força tarefa intitulada “Operação Flagelados”, que tinha como objetivo fazer “o escoamento a curto prazo dos 12.000 migrantes alojados na Hospedaria Getulio Vargas”. Para isso, contavam com navios de guerra, caminhões e aviões, que levariam os sertanejos para a Hospedaria da Ilha de Flores, no Rio de Janeiro (que seriam destinados depois para o Paraná e Goiás), para Brasília e para diversas regiões do Norte (Correio da Manhã-RJ, 19 de dezembro de 1958). Muitos jornais, contudo, denunciavam que o objetivo dessa *operação* era apenas retirar a massa de flagelados que se encontrava abrigada na hospedaria, não havendo nenhuma

preocupação com a recepção e o encaminhamento desses trabalhadores para outras paragens.

Diante de uma situação de caos, com milhares de sertanejos famintos reunidos em um mesmo recinto ou perambulando pelas ruas de Fortaleza, até mesmo aqueles que combatiam a migração dos trabalhadores para outras regiões não encontravam qualquer alternativa viável. Mas ao passar o momento de calamidade climática, os discursos em torno da política anti-imigração retornavam. Podemos citar, como exemplo, o projeto discutido no II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em 1959 na cidade de Natal, que visava mudanças na questão do deslocamento dos migrantes nordestinos. Através do decreto nº46.382, de 07 de julho de 1959, implementado após o encontro dos religiosos, instituía-se:

Art. 1º Fica constituído um Grupo de Trabalho com a finalidade de projetar e executar a transformação das atuais hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus, em hospedarias de zona rural, sem prejuízo dos atuais programas de colonização.

A respectiva proposta, discutida no encontro dos bispos, para dificultar e controlar o deslocamento dessa população pobre há tempos vinha sendo pensada por outros sujeitos. Em 1952, por exemplo, o deputado federal Paulo Abreu (SP), apresentou um projeto de lei para regularizar e humanizar o êxodo das populações do Norte e do Nordeste, propondo instalar nos estados nordestinos postos de controle de migrantes. Só poderia continuar a viagem quem recebesse um salvo conduto. Mas o projeto, apesar da boa repercussão na imprensa paulista, acabou sendo arquivado (Projeto de Lei 1710/1952).

Dessa forma, nos períodos que não havia calamidade climática, grandes aglomerações em recintos de hospedagens e/ou grandes levas de migrantes percorrendo o país – seja em direção a São Paulo, Brasília, região amazônica ou outras paragens – o objetivo das autoridades governamentais era regulamentar a circulação dessa população pobre migrante. Assim, além da Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza, outras hospedarias congêneres foram criadas pelo país – Eduardo Ribeiro (Manaus-AM), Hospedaria Tapanã (Belém-PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Copoatá (São Luiz-MA), Hospedaria Corinto (MG), dentre outras – para oferecer pouso provisório para os migrantes, assim como para controlar o fluxo de migração das pessoas

subsidiando passagens para as regiões Norte, Sudeste, Sul ou Centro-Oeste, pois era comum a migração por outras vias (“pau-de-arara” e ônibus) e sem o aval governamental.

A partir da análise da documentação percebemos, contudo, que esse projeto de controle absoluto sobre a circulação dessa população pobre migrante da Hospedaria Getúlio Vargas esbarrou em diversos percalços: fome, superlotação, ausência de verbas e estrutura, e doenças. Muitos sujeitos migraram sem constar nas listas do recinto de hospedagem – exigência do INIC –, outros não aceitaram os destinos que a instituição que queria lhes impor – a maioria preferia a região norte, devido às redes de sociabilidade existentes naquelas paragens – e muitos simplesmente desistiram de migrar e retornaram para suas localidades de origem ao iniciar o período chuvoso. Essa pretensa organização da hospedaria, proferida pelo Ministro do Trabalho na sua inauguração (15 de março de 1943) modificou-se, já que havia um campo de possibilidades – ou dificuldades – que impediram que o projeto inicial se concretizasse. Dessa forma, para além de distribuir passagens e servir de pouso provisório, a Hospedaria Getúlio Vargas tornou-se concretamente um centro de referência para a população migrante do Nordeste, que almejava migrar para outros lugares em busca de melhorias de vida; e um campo de conflitos envolvendo autoridades governamentais, retirantes, Igreja Católica, comunistas e outros sujeitos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo: Hucitec, 2000.

CEARÁ. *As migrações para Fortaleza* /. Fortaleza: Secretaria de Administração/Imprensa Oficial, 1967. 326 p. ISBN (broch.)

CASTRO, Lara de. *Ocupar, fixar e educar: trabalhadores do interior do Brasil e os projetos governamentais para o Amapá e o Ceará entre os anos de 1944 e 1960*. IX Semana de História – O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios, Unifap, 2014.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. *“Meu sonho era maior que eu”*: biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. Tese de doutorado em Sociologia, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos. Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950)*. Tese de doutorado em História Social, UFBA, Bahia, 2016.
- FONTES, Paulo Roberto Guerra. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.
- GOIS, Sarah Campelo Cruz. *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, Fortaleza, 2013.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Cidadania e Exclusão Social: a história dos Soldados da Borracha em Questão*. Revista de história Trajetos, UFC, v.7, nº13, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999.*
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.
- MORALES, Lúcia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annalume; Fortaleza: Secult, 2002.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Getúlio e a Seca: políticas emergenciais na era Vargas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.21, nº40, p.107-131, 2001.
- PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- ROCHA, Dom Jaime Vieira. *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959)*. Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande/PB, EDUEPB, 2016.
- SECRETO, Maria Verônica. *A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, n. 40, p. 115-135, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SCOTT, James C. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Tradução: Marilda A. Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, volume 21, nº01, p.10-31, jan./jun.2002.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 3ª edição, 2003.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**